Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Erechim

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº. _____/2020

Requer do Poder Executivo, informações do Comitê Municipal de Situação de Emergência para Covid-19 (COE)quanto o retorno das aulas presenciais.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, amparado na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno, que seja encaminhado este Requerimento de Informações ao Senhor Prefeito Municipal, no sentido de encaminhar a esta Casa Legislativa informações do COE quanto ao retorno das aulas presenciais, uma vez que, segundo resposta da SMED no Requerimento 107/2020, foi informado que, a manifestação favorável à retomada das atividades presenciais nas instituições é atribuição do Comitê Municipal de situação de emergência para COVID-19, conforme artigo 60 da Portaria Conjunta SESISEDUC/RS n° 01/2020. Na reunião de 22/09/2020, o COE aprovou o retorno às aulas em 05/10/2020 para estudantes de todos os níveis, cuja matrícula for efetuada de forma particular nas instituições de ensino privadas. Na ata da referida reunião, consta a liberação da seguinte forma: Escolas Privadas – Podem optar, por seu regramento próprio, seguir o calendário do estado do RS: 2) Escola Privadas prestadoras de serviço ao município de Erechim – Devem obrigatoriamente cumprir o calendário escolar municipal; 3) Escolas Públicas Municipais – Educação Infantil (Pré A e Pré B); - Observarão o calendário escolar municipal; 4) Escolas Públicas Municipais: Educação Infantil (Berçário I e Berçário II, Maternal I e Maternal II) – Não retornarão as aulas presenciais, mantendo o ensino remoto.

Diante do exposto, solicitamos qual o fundamento utilizado para que as escolas privadas prestadoras de serviço ao município não fossem autorizadas a retornar as aulas presenciais e apenas as vagas particulares puderam retornar? Qual o motivo de não liberarem os berçários e maternais nas escolas municipais e nas privadas sim, mas sem a presença das crianças com vagas compradas pela prefeitura?

JUSTIFICATIVA

Justificamos o referido pedido uma vez que não estava explícita, na ata solicitada, a fundamento de tal decisão do Comitê. Não deixando claro o porquê da educação infantil em escolas privadas retornarem e as municipais não.

Plenário da Câmara de Vereadores de Erechim, 21 de outubro de 2020.

RAFAEL MARTINS AYUB
Vereador Líder da Bancada do MDB